

Graças à liberalidade com que os romanos costumavam conceder a cidadania (*cititál*) aos estrangeiros, às famílias novas que surgiram foram tantas que começaram a participar dos sufrágios, e, assim, o governo começou a variar, afastando-se dos costumes e dos homens a que sempre recorreu. Quinto Fábio, que era censor, apercebendo-se disso, dividiu todas essas famílias novas, causadoras da desordem, em quatro tribos, para que, confinadas a tão pequenos espaços, não conseguissem corromper toda Roma. Fábio bem percebeu isso e, sem causar alterações, impôs-lhe o remédio conveniente; e este foi tão aceito pelos cidadãos (*la quella cititál*) que ele mereceu o nome de Máximo²⁰⁶.

Vocabulário de termos-chave de Maquiavel

1. **Ambição** (*ambizione*). No homem, o desejo de adquirir é sempre maior que o poder de adquirir, o que causa o descontentamento. Essa é a origem da ambição, paixão fundamental que move os homens. A ambição causa instabilidade às "coisas do mundo", pois leva à inquietude, ao constante movimento provocado pelo desejo que os homens têm de mudar sua condição (individual ou coletivamente). A ambição, assim como a necessidade*, é uma causa da ação humana, mas a ação por ela causada não é uma exigência das circunstâncias, isto é, mesmo que os homens não sejam levados a agir por necessidade, mesmo que a necessidade deixe de existir, eles agirão por ambição. Nesse sentido, a ambição está ligada à idéia de escolha*. De outra perspectiva, no entanto, a própria ambição é uma necessidade, porque está sempre presente no homem

Observa-se ainda que, embora seja uma paixão humana, a ambição é frequentemente associada às ações dos Grandes*, como uma desmesura do desejo que ultrapassou a necessidade. A ambição está ligada a avariceza (*avarizia*), no sentido toscano da palavra (cobiça ou ganância). Cf. **Escolha, Necessidade**.

2. **Antigos** (*antiqui*). Maquiavel cita frequentemente os antigos e a antiguidade. Esses termos são bastante abrangentes, podendo indicar qualquer povo antigo: gregos, romanos, egípcios, etruscos etc. Entretanto, referem-se sobretudo aos romanos, o grande exemplo* de Maquiavel. Roma e os romanos são invocados na discussão de uma série de questões, principalmente políticas e militares (as questões importantes). Em linhas gerais, Maquiavel sustenta que os antigos romanos tinham o conhecimento do modo

* Os asteriscos indicam as palavras que são verbetes do Vocabulário. (N. do E.)

correto de ordenar* a república e que, portanto, esse conhecimento deveria ser utilizado nos tempos modernos.

3. **Caminho do meio** (*via del mezzo*). Solução ou decisão intermediária, fruto da indecisão ou da incapacidade de tomar uma atitude extrema. Como é impossível fazer uma escolha* sem nenhum inconveniente, a escolha intermediária ou pela neutralidade não evita os inconvenientes e, além disso, não alcança as vantagens de uma solução extrema. Maquiavel aponta essa inutilidade da via intermediária ou neutra como razão para condenar constantemente essa escolha na ação política. Cf. **Prudência**.

4. **Cidade/civilidade/cidadania** (*civitas*). O termo *civitas* é de difícil tradução, pois não corresponde ao significado atual da palavra em italiano, ou seja, *civilização*. Em expressões como *maneuvere una civitas*, a *civitas* é uma cidade ordenada de acordo com um governo reto, com leis e ordenações*. É uma vida civil, ou seja, homens vivendo de acordo com as regras da civilidade ou obediência civil (respeito às leis), em contraposição aos homens feroces ou mesmo aqueles cuja civilidade está corrompida. A mesma palavra é usada para designar a cidadania ou direitos políticos: "Dar a cidadania aos estrangeiros" (*donare la civitas a' forestieri*). Cf. **Corrupção, Ordenação**.

5. **Coisas do mundo/coisas humanas** (*cose del mondo/cose umane*). A expressão "coisas do mundo" indica tudo o que existe e acontece no mundo. Engloba, portanto, a natureza e o homem. Nesse sentido, é o perecível e o passageiro. Ao indicar aquilo que é feito e vivido pelos homens, alcança o significado que hoje atribuímos à história*, que em Maquiavel é mais restrito. Com esse mesmo sentido podem ser encontradas no texto expressões correlatas, como "coisas antigas" (acontecimentos do passado) e "coisas modernas" (acontecimentos recentes). O conhecimento das coisas do mundo, antigas e modernas, pode ser transmitido como experiência de vida. Essa é a fonte do conhecimento que Maquiavel afirma ser oferecido por seus livros, proveniente de seu estudo e de sua experiência, do diálogo com os antigos* (que consiste na leitura dos textos dos antigos e na reflexão sobre o que neles é narrado e considerado) e da prática política: as "coisas do mundo". Em Maquiavel, a reflexão política está calcada nesse conhecimento, o que é constantemente reiterado em seus escritos: "Coisas humanas", por sua vez, é uma expressão frequentemente utilizada para designar a variabilidade, a incerteza e a permanente mudança que concerne ao homem ("as coisas humanas estão sempre em movimento"). Cf. **Exemplo, História, Corpo**.

6. **Corpo** (*corpo*). Os estados (republicanos ou principados) e as re-

ligiões são denominados por Maquiavel *corpi misti* (corpos mistos), em oposição aos *corpi semplici* (corpos simples), que são os indivíduos. Esse uso do termo "corpo" está associado ao emprego, na linguagem política, de diversos termos médicos, como remédio (*rimedio* ou *medicina*), membro, nervo, emervar ou desnervar, partir, nutrir, humores*. O uso dessas imagens está ligado à concepção de que a existência dos estados é finita, assim como a dos corpos naturais, e nada pode impedir que seu término ocorra. Assim, esses corpos mistos estão sujeitos à mesma necessidade* que os corpos humanos: "É de muita verdade que todas as coisas do mundo têm o término de sua vida" (*Discursos*, III, 1). Mas, assim como os corpos humanos, podem ter existência saudável ou doentia, vigorosa ou frágil, longa ou efêmera. O uso desses termos ligados ao corpo pode ser entendido sobretudo quando se examinam as noções da medicina hipocrática, que prevaleciam na época, de que o corpo, para que seu curso seja completo, depende do equilíbrio dos humores, que garante a saúde. Esse equilíbrio pode sofrer alterações em razão de acidentes. O corpo, então, precisa ser reequilibrado para seguir normalmente. O equilíbrio dos humores em uma república depende da sua ordenação* ou da sua renovação*, que é o retorno aos princípios. Cf. **Humores, Renovação**.

7. **Corrupção** (*corruzione*). A corrupção é a degradação dos costumes e o desrespeito às leis. Maquiavel a explica utilizando os conceitos de forma* e matéria*, sendo que as leis e as ordenações* concernem à forma, e o legislador*, como aquele que impõe a lei, procura impor uma forma à matéria do estado*, que é a população que o constitui. A corrupção pode ser atribuída ao desencontro entre a forma e a matéria do estado, um desencontro progressivo. A matéria é o que pode ser ordenado, como na fundação do estado, mas também o que é desordenado pelo tempo, "pouco a pouco", "de geração em geração", isto é, progressiva e lentamente. A forma impressa na matéria pode ser boa ou má; mas, independentemente da qualidade da forma que lhe é imposta, o movimento da matéria tende à desordem ou, em outros termos, a negar a forma, e isso é a corrupção. A corrupção, por sua vez, pode ser reforçada por más condutas ou impedida pela frequente renovação*. Existe corrupção não porque as ordenações tenham se tornado corruptas, mas porque a realidade se altera de tal modo que a forma perde a capacidade de responder à matéria, ou seja, quando já não tem a capacidade de conter os maus costumes, as ambições, a cobiça. Por outro lado, ao se acentuar o desencontro, são os maus costumes que passam a legislar, criando uma estrutura institucional favorável

a eles. Numa perspectiva especificamente republicana, esse processo é descrito por Maquiavel em Roma (*Discursos*) e também em Florença (*História de Florença*), quando os Grandes⁸ passam a criar leis que fortalecem e

contrapõe-se à necessidade⁹, visto que os homens agem ou por necessidade ou por escolha. Essa oposição a aproxima da ambigüidade. Cf. **Ambição, Necessidade**.

9. **Estado (stato)**. Em Maquiavel, esse termo pode referir-se, genericamente, a repúblicas e principados (cf. *O príncipe*, I); e esse será seu significado nos comentários contidos neste vocabulário. Entretanto, para compreender a multiplicidade de significados da palavra *stato* em Maquiavel, é preciso considerar que, no Renascimento, o sentido do termo passava por uma transformação. Para distinguir o sentido do termo "estado", portanto, deve-se interpretá-lo a cada ocorrência. No entanto, em muitos casos, é difícil fazer essa distinção. Estado pode significar: poder. Estado ainda remir mais de um desses sentidos. Não se trata, contudo, de uma imprecisão de Maquiavel. Ocorre que no Renascimento o sentido do termo, que antes era de *status* (posição, condição), fazia a transição para a concepção moderna de Estado, e Maquiavel é um dos autores em que se verifica essa passagem. Assim, *stato* pode, às vezes, significar o *status* do príncipe¹⁰, ou de um partido, outros vezes percebe-se que a palavra é usada com os vários significados que vinha adquirindo desde a Baixa Idade Média até o Renascimento: forma¹¹ ou ordenação¹² dos poderes públicos ou do go-

verno, condição, autoridade ou poder político, senhoria jurídica, condição soberana de um indivíduo ou da coletividade (sentido encontrado em todos os escritos do Renascimento, mas em nenhum com tanta frequência quanto em Maquiavel). Em Maquiavel começa-se a determinar um conjunto de conceitos que, combinados, se encontram no conceito moderno de Estado: o estado como poder público e como expressão da união de povo e território. Às vezes, é mais fácil identificar o sentido preciso do termo pelas expressões em que se insere. Por exemplo, em "manter o estado" (*mantenere lo stato*) e "perder o estado" (*perdere lo stato*), implicando um possessivo, significa posição, condição ou estado individual. Em "muito estado" (*molto stato*), "tanto estado" (*tanto stato*) e "pouco estado" (*poco stato*) significa potência político-territorial (e não apenas territorial), mas ainda não alcança o significado de Estado em toda a sua maturidade.

10. **Exemplo (esempio)**. Maquiavel utiliza o termo exemplo com dois sentidos: o histórico (segundo o significado atual do termo história) e, mais raramente, o sentido moral. Neste último, o termo indica o exemplo ilustre, que instrui pela conduta ou pelo modelo de comportamento elogiativo ou reprovável. O príncipe¹¹ ou qualquer homem que dá um exemplo de alguma virtude ou vício concretiza-o em si mesmo e se torna modelo da virtude ou

do vício. No sentido histórico, temos as coisas do mundo¹², que são apresentadas no texto na forma de exemplos antigos ou modernos. Maquiavel dá exemplos históricos de acontecimentos que são recorrentes, ainda que sob formas diversas, e dá exemplos a serem imitados. O acontecimento é fonte de conhecimento e, por conseguinte, de ensinamento. Do ponto de vista do conhecimento, a apreensão do exemplo implica compreender o conjunto de circunstâncias que o tornaram possível, e ele não pode ser considerado isolado dessas circunstâncias. O exemplo depende, para ser aplicado, das condições presentes, portanto, a imitação dos exemplos não garante o resultado da ação. Mas, ao mesmo tempo que aponta essa dificuldade, Maquiavel também indica a abertura para a imitação ao esclarecer que as grandes ações, ainda que em proporções diferentes, não estão fora do alcance dos homens menores. A imitação não se faz quanto ao alvo, mas quanto à intenção ao mimá-lo. Todas as coisas humanas¹³ são possíveis aos homens, e os exemplos são testemunhos dessa possibilidade: uma vez que algo se mostra factível, sempre o será. O valor do exemplo está condicionado, como matéria de reflexão, às circunstâncias que o tornaram possível e, como imitação, às circunstâncias que fazem dele um alvo possível. Cf. **Coisas do mundo, História**.

11. **Faccção** (*fazione*). A facção, o partido (*parte*) ou a seita (*setta*) são o resultado de uma cisão no seio de uma mesma classe em função de interesses particulares. Diferentemente da concepção de que a divisão em partidos é positiva e própria da sociedade democrática, para Maquiavel essa cisão é nociva à república e fonte de corrupção*, por se fazer em contraposição à utilidade comum. As inimizades entre cidadãos são problemas particulares que, quando alçados à esfera pública pela criação de partidos, submetem a república ao bem privado. Por outro lado, a transformação de assuntos públicos, que deveriam ser resolvidos pelas leis, em questões privadas, que se resolvem por meios particulares, distorce a república. As inimizades permanecem sem solução, uma vez que a violência causada por elas é um motor que as realimenta, levando à corrupção* da república. Uma vez que as inimizades são inevitáveis, apenas as leis que, prevenindo-as, lhes dão um tratamento público (como as leis referentes à acusação e à calúnia) podem evitar a criação das facções e da corrupção que elas acarretam. Não se deve confundir essa divisão partidária com a desunião entre o povo e os Grandes*, o conflito entre os humores*, pois essa desunião não é fundada em questões particulares. Cf. **Corrupção**, **Humores**.
12. **Forma** (*forma*). A forma é o que ordena a matéria*. Assim, en-

quanto os homens são considerados matéria ou sujeito da cidade*, a forma é o que se imprime nessa matéria: o conjunto de leis, ordenações*, diretrizes de um estado*, forma também se aplica à constituição de um exército, que tem o grupo de homens não treinados como matéria a ser conformada. Entretanto, é preciso haver concordância entre a forma e a matéria. Homens corrompidos, por exemplo, não conseguem viver sob leis e ordenações que supunham homens ainda não corrompidos, assim como um povo habituado à servidão não poderá viver em liberdade*. Do mesmo modo, homens não corrompidos e habituados à vida livre não aceitam um governo corrupto nem viver em servidão. Portanto, não apenas a forma determina a matéria como também a matéria condiciona a forma. É interessante notar uma metáfora utilizada por Maquiavel em *A arte da guerra* e nos *Discursos* ele afirma que uma estátua pode ser mais bem esculpida num bloco de mármore bruto do que num outro mal esboçado. A matéria na qual nenhuma forma jamais foi impressa é mais suscetível de receber uma forma do que aquela que já foi trabalhada de algum modo. Cf. **Corrupção**, **Matéria**, **Ordenação**.

13. **Fortuna** (*fortuna*). A fortuna pode ser compreendida, em primeiro lugar, como o fluxo dos acontecimentos, entendido como o que perturba as ações e impede o cálculo. É recorrente, em

Maquiavel, a utilização de fortuna como contraponto às ações políticas, personificando as alterações no rumo dos acontecimentos. A fortuna é uma força destruidora das construções humanas. Para Maquiavel, é possível opor-se a essa destruição causada pelas alterações das circunstâncias por meio da ação preventiva, que levanta barreiras à ela: a ação da *virtù** (*O príncipe*, 25). Isso leva a que a fortuna só possa ser compreendida em conjunto com a *virtù*: a fortuna é a ausência de *virtù*, ou seja, ela se manifesta pela ausência de *virtù*. Contudo, e isso também aparece na obra de Maquiavel, há um lado positivo da fortuna, pois ela pode ser fonte de dons. Para Maquiavel, assim como para a tradição, os bens da fortuna são sobretudo as honras e a glória, a riqueza e o poder. A relação com a *virtù*, então, não é negativa, mas um combate em que a fortuna é seduzida pela *virtù* e a beneficência, ao passo que penaliza sua ausência. Entretanto, na relação com a *virtù*, o maior dom que a fortuna pode oferecer é a ocasião* (*O príncipe* 7), visto que os bens da fortuna são sempre instáveis. A imagem mais forte da fortuna na obra de Maquiavel é encontrada no poema *Di Fortuna*, que nos leva a entender essa figura com todas as suas características, as quais não estão integralmente presentes na obra política, podendo, no entanto, ser vislumbradas em muitas passagens. Cf. **Ocasão**, **Virtù**.

14. **Grandes** (*Grandi*). Em *História de Florença* (III, 21), Maquiavel diz que os Grandes são os antigos nobres florentinos, mas nota-se que por esse termo são designados geralmente os poderosos de um estado*, nobres ou não. Com o mesmo sentido, encontramos as expressões "homens grandes" ou "cidadãos poderosos". Maquiavel afirma a necessidade e natural divisão de todas as cidades em dois humores* opostos, o dos Grandes e o do povo. Dessa oposição decorre a forma política de cada estado. Cf. **Humores**.

15. **História** (*istoria*). A palavra história, em Maquiavel, refere-se a uma narrativa histórica específica: por exemplo, a *História de Roma*, de Tito Lívio (ou, como ele a designa nos *Discursos*, "a nossa história"). No plural (*historias, istorie*), a palavra refere-se a relatos de diversos historiadores. As histórias são as fontes dos exemplos* que Maquiavel chamará de antigos*, em contraposição aos exemplos modernos ou recentes (*recenti*), dados pela própria experiência ou por relatos alheios, mas são também a descrição das coisas de seu próprio tempo (modernas). São as histórias que, assim como as obras dos poetas e artistas, nos transmitem a memória das coisas do mundo*. A história é tradicionalmente considerada fonte de ensinamento, concepção sintetizada na célebre fórmula de Cícero: "Resumenha dos tempos, luz da verdade, vida da me-

mória, mestra da vida, revelação do passado" (*Do orador*, II, 36). Quanto a isso, Maquiavel nos adverte da possibilidade de que os relatos dos tempos antigos escondam toda a verdade, para evitar a infâmia aos tempos narrados (cf. *Discursos*, II, próleto). Cf. **Exemplo, Coisas do mundo.**

16. **Humores** (*umori*). Segundo a medicina e a terapêutica antigas, gregas e greco-romanas, ainda vigentes no Renascimento, a saúde do corpo* corresponde ao equilíbrio entre os humores. O termo humor é utilizado várias vezes por Maquiavel significando os deslejos e as disposições dos homens, frequentemente num sentido negativo: os ódios ou as inclinações partidárias (*umori della parti*). Entretanto, o mais importante é o uso que Maquiavel faz desse conceito para explicar a oposição entre o povo e os Grandes*. Ele afirma: "Em todas as cidades se encontram esses dois humores diversos", sendo que o humor do povo é não ser oprimido, negação do humor dos Grandes, que é oprimir. Do confronto desses dois humores surge na cidade o principado, a liberdade* ou a licença (*O príncipe*, 9). O equilíbrio desses dois humores é encontrado na forma do governo misto (*Discursos*, I, 2), em que cada um encontra sua parte de representação e poder. Isso teria sido alcançado em Roma pela desunião entre Senado e Plebe, pois os conflitos correspondessem às relações en-

tre esses dois humores, constituindo o equilíbrio. No entanto, o equilíbrio, uma vez surgido do conflito, não elimina sua origem, pois ambos os humores continuam existindo como poderes na república. Observa-se o sentido positivo que Maquiavel atribui ao permanente conflito dos humores, cujos efeitos são a liberdade e a força da república romana (*Discursos*, I, 2-6). No caso dos principados, o equilíbrio pode ser obtido pela mediação que o príncipe* faz entre ambos os humores, esforçando-se por conciliá-los de modo que o conflito se mantenha sob seu controle. Maquiavel afirma a importância dessa conciliação: "Os estados bem-ordenados e os príncipes sábios têm aplicado toda a diligência tanto em não exasperar os Grandes como em satisfazer o povo e mantê-lo contente, porque essa é uma das principais matérias que cabem a um príncipe" (*O príncipe*, 19). Cf. **Corpo, Grandes, Renovação.**

17. **Legislador** (*datore di legge, latore di legge, legislatore*). Legislador é aquele que dá ao estado* sua primeira forma*, moldando a matéria*. No ato da fundação, a forma do estado existe na mente do legislador (ordenador) ou fundador. De acordo com Maquiavel, para que seja boa a ordenação* instituída, todo o poder deve concentrar-se nas mãos de um só homem, que é então a única autoridade. Maquiavel afirma que um conjunto de homens não é apto a formar o estado:

"Muitos não são capazes de ordenar uma coisa por não conhecerem o bem que há nela, devendo às diferentes opiniões que têm entre si", daí a necessidade de ser um só o legislador ou fundador a dar forma à matéria (*Discursos*, I, 9). O legislador é uma figura essencial para Maquiavel, mas sua importância não implica a imobilidade da forma por ele instituída, que seria contraposta apenas ao processo de corrupção*. Ao mesmo tempo que atribui ao legislador a paternidade do estado, Maquiavel afirma, por um lado, que os conflitos entre os humores* causam mudanças na ordenação e no aperfeiçoamento do estado; por outro lado, que há possibilidade e até mesmo necessidade de reconstrução ou renovação* progressiva da forma, como meio próprio de contrapor-se à corrupção. Cf. **Corrupção, Humores, Ordenação, Renovação.**

18. **Liberdade** (*libertà*). Para Maquiavel, há duas formas de liberdade: a interna e a externa. Diz-se que há liberdade externa quando, independentemente da forma* de governo interno, o principado ou a república não está sujeito a outros estados*. Essa liberdade é especialmente relevante na origem da cidade. A liberdade interna corresponde à liberdade republicana no governo misto, ou seja, quem governa não é um príncipe* ou uma facção*. No principado pode haver leis que sejam propícias à liberdade, mas isso não constitui a li-

berdade propriamente dita. No caso do governo de facções, ou seja, de uma república que passa a ser governada por partidos, há uma progressiva diminuição da liberdade. Para a compreensão do tema da liberdade, são importantes as considerações de Maquiavel sobre o conflito entre o povo e os Grandes* como origem da liberdade e da grandeza romanas (cf. *Discursos*, I, 2-6). Cabe observar que tanto a vida livre (republicana) como seu contrário, a servidão, estabelecem um hábito nos povos. Desse modo, as repúblicas têm tal apreço pela liberdade que são levadas a lutar com maior persistência para mantê-la, o que as faz conservar igualmente a liberdade externa (cf. *O príncipe*, 5). O contrário ocorre com os povos habitados a servidão, que mesmo conquistando a liberdade não sabem mantê-la (*Discursos*, I, 16). Cf. **Facção, Humores, Príncipe.**

19. **Matéria** (*materia*). Além de usar constantemente a palavra matéria com o sentido de assunto, Maquiavel também a emprega de modo mais específico. De acordo com a tradição aristotélica, a matéria ou o sujeito de uma coisa é o seu substrato, sobre o qual se agregam os acidentes. Encontramos em Maquiavel o termo matéria associado à cidade (a matéria de uma cidade é sua população) e ao exercício (a matéria do exercício são os homens que o formam). A matéria pode ser boa ou má, corrupta ou incorrupta, e é aquilo em

que poderá ser impressa uma forma*. Cf. **Corrupção, Forma**.

20. **Necessidade** (*necessitas*). Para Maquiavel, os homens agem por necessidade ou escolha*, e a necessidade é o que força a ação num sentido único. Diferentemente da ocasião*, que oferece uma abertura para uma ação possível, a necessidade constrange a ação. A necessidade é também o inevitável. Diferentemente da escolha ou de um determinado ato, para os quais há várias consequências possíveis, o necessário é o que não poderá acontecer de outra maneira, para o qual há apenas uma consequência possível. Cf. **Ambição, Escolla, Ocasião**.

21. **Ocasião** (*occasione*). À primeira vista, a ocasião poderia ser entendida simplesmente como a oportunidade ou o momento propício. Sem deixar de ser isso, a ocasião tem algumas particularidades. Em primeiro lugar, observando-se os verbos que acompanham a palavra – a ocasião é dada (*dedit*), tomada (*presa*), usada (*usata*) –, vemos que a ocasião, apesar de ser dada, precisa ser apanhada, agarrada. A ocasião é uma figura mítica associada à Fortuna: Maquiavel declarou-lhe um poema, assim como à Fortuna. Ela é a *Occasio cubitata*, uma moça com asas nos pés, com os pés sobre uma roda, com os cabelos que lhe recobrem o rosto e calva atrás da cabeça. É muito célebre e difícil de reconhecer quando passa. Deve ser agarrada

rápida rapidamente porque, uma vez reconhecida, já não poderá ser apanhada, pois a falta de cabelos atrás faz com que não haja por onde pegá-la. Essa representação explica os verbos empregados com relação a ocasião. Ela não é criada pelo indivíduo nem depende de sua vontade, mas é dada pela fortuna*; a ocasião é um dom que depende da capacidade do indivíduo de tomá-lo e usá-lo. Em segundo lugar, o que Maquiavel chama de ocasião é complexo: é o entrecruzamento ou a convergência de acontecimentos que nada têm de fortuitos: "Era necessário, portanto, que Moisés escrivizasse no Egito o povo de Israel escravizado e oprimido pelos egípcios para que, para sair da servidão, ele se dispusesse a seguirlo (...) Era preciso que Ciro encontrasse os persas descontentes com o império dos Medas e estes, moles e eliminados pela longa paz. Não poderia Teseu demonstrar sua *virtus* se não tivesse encontrado os atenienses dispersos" (*O príncipe*, 6). Sobre essas situações, Maquiavel comenta: "Sem aquela ocasião, a *virtus* de seu ânimo teria extinguido, e sem aquela *virtus*, a ocasião teria vindo em vão." Desse modo, a *virtus* é a capacidade de apanhar a ocasião, e a ocasião a que ele se refere consiste em um conjunto de circunstâncias bastante complexo. Cf. **Fortuna, Virtus**.

22. **Ordenação/Ordem** (*ordine*). Merecem atenção especial as palavras ordem e ordenação (*ordi-*

ne) e seus derivados, como *ordinário* (*ordinario*), seus opostos *desordenado* (*disordine*), não ordenado (*inordinato*) e extraordinário (*stranordinario*), os verbos *ordenar* (*ordinare*), reordenar (*reordinare*), desordenar (*disordinare*), e o substantivo *ordenador* (*ordinatore*), construtor da *ordine*. Todas essas formas estão ligadas por sua raiz comum (*ordem*, *ordine*), composto uma cadeia de significados, que podem variar de acordo com o contexto. No sentido militar, entende-se ordenação (*ordine*) como o modo pelo qual um grupo de soldados é disposto, criando a ordenança (*ordinanza*). Essa ordenação abrange diversos aspectos, desde o modo de treinamento até a disposição para a batalha. O *ordenador*, portanto, é aquele que ordena, que dá ao exército a *ordem* da ordenação. O exército assim ordenado opõe-se a um conjunto de homens não ordenados (*inordinati*) ou que lutam numuladamente; no entanto, caso venham a ocorrer imprevistos que possam desordenar o exército, este deverá então ser reordenado. Percebe-se, então, o encadecimento desses termos, que ocorre ao longo do texto de Maquiavel. Toda essa concepção de ordenação militar não está isolada de uma concepção política sobre o modo como um estado* deve estar ordenado militarmente. No sentido político, ordenação aproxima-se de instituir e também indica o conjunto das ordenações (a ordenação de uma república); ordena-

dor passa a ser o legislador*, e, igualmente, todos os termos derivados assumem seus sentidos políticos. Nesse contexto, o *ordinário* é o que se faz dentro das normas, ou seja, de acordo com as ordenações, e o *extraordinário* é ou o ilegal (frequentemente a violência particular), ou o que, apesar de legal, não se faz de acordo com as normas ordinárias. Considerando-se esses significados, o verbo *ordenar* não deverá ser confundido com *mandar* ou *comandar* (*comandare*), razão pela qual em alguns casos foi necessário optar por traduções como "estabelecer", "determinar", "fazer com que" e "planejar". Cf. **Corrupção, Legislador**.

23. **Príncipe** (*principe*). Esse termo, para Maquiavel, pode ter vários sentidos. Mais frequentemente designa o governante de um principado; também pode designar os primeiros ou principais de um estado* (*principi dello stato*), mesmo em se tratando de uma república, e por vezes designa o poder dominante ou o(s) governante(s), e não um indivíduo. Assim, um estado, seja ele república ou principado, pode ser chamado de príncipe, o que ocorre quando se fala do confronto entre dois estados. Entretanto, o principado designa especificamente o governo de um só, em oposição a república, governo de poucos ou popular. Entenda-se "o principado na república", que significa que uma parte da

república (um partido ou um indivíduo) eleva-se acima dos outros e ocupa seu governo. Quanto ao significado mais usual de príncipe, isto é, um indivíduo no governo de um principado, ele se refere à posição do governante, e não a um título formal. O príncipe novo, personagem central de *O príncipe*, significa a posição recém-conquistada de um indivíduo, em oposição à do príncipe hereditário, sempre tendo como referência o novo estado conquistado. Assim, um príncipe hereditário de um estado poderá ser considerado príncipe novo de um estado conquistado. Todas essas distinções e categorias de príncipes e principados encontram-se em *O príncipe*.

24. **Prudência** (*prudenzia*). A prudência, no sentido usual moderno, é uma virtude que leva, no extremo, ao imobilismo, à dificuldade de assumir uma postura imediata. O prudente é o sensato e o cauteloso. Esse não é o sentido que tem para Maquiavel, que remete ao conceito aristotélico de prudência. A prudência não implica imobilismo, mas, *grosso modo*, é a capacidade de julgar e deliberar em função da contingência: é inteligência prática. Ou seja, em função do conhecimento dos acontecimentos e das circunstâncias, o homem prudente delibera qual deverá ser sua ação, qual a melhor ação para um dado momento. Essa ação poderá envolver até a ousadia, caso a postura ousada seja, para o momento, a melhor opção de

ação. A prudência é um modo de conhecimento e um saber voltado para a prática. O modo de conhecimento consiste, em primeiro lugar, em analisar o presente para compará-lo com o passado. Pressupondo-se a regularidade das coisas do mundo*, é possível projetar no futuro as consequências das ações do presente e, mais especificamente, antecipar as melhores consequências. Quando Maquiavel atribui à fortuna* o governo de cerca de metade das coisas do mundo (*O príncipe*, 25), introduz em seguida a figura do homem prudente. Isso mostra a prudência como organizadora da relação entre a ação humana e a ação da fortuna, compreendida como causadora das alterações imprevistas das circunstâncias. Cf. **Fortuna**, *Virtù*.

25. **Renovação** (*rinnoiazione*). Esse termo não aparece com muita frequência na obra de Maquiavel, mas deve ser comentado por sua relevância para a compreensão de sua filosofia política. De modo geral, renovar significa fazer algo voltar a ser como era quando novo; no contexto do qual estamos falando, diz respeito ao estado*. Ao falar em renovação do estado corrompido, Maquiavel faz uso do vocábulo médico, identificando corrupção* com doença. O tempo conduz à corrupção; os costumes se afrouxam e as ordenações* perdem sua força. Isso não decorre apenas do processo de

envelhecimento, ou seja, o estado não precisa necessariamente ser antigo para estar enfraquecido: o importante é que a fraqueza o torna vulnerável e, portanto, passível de derrota. Maquiavel trata da renovação no capítulo I do livro III dos *Discursos* e afirma sobre o estado que, como todas as coisas do mundo*, "sua vida tem um término" e será tanto mais longa quanto melhor for ordenada. Do mesmo modo que os corpos saudáveis, o estado bem-ordenado encontra em suas ordenações* a possibilidade de renovação frequente e, portanto, é capaz de manter o equilíbrio e ter uma vida mais longa. A renovação é não apenas a cura da doença, mas também o processo contínuo de manter o corpo saudável por meio das transformações. A reflexão sobre a renovação leva à conclusão da necessidade do novo para a manutenção do estado. O novo, no entanto, não significa algo jamais visto ou experimentado, mas, ao contrário, o primordial, o que há no princípio. Assim, quando Maquiavel fala do principado novo, essa novidade não significa inovação, mas início de algo cuja forma* já havia sido concebida antes. Entretanto, essa própria forma é uma recriação, pois a matéria* é outra. A própria diversidade da matéria imprime na forma uma diferença. Assim, a matéria não só é conformada como também determina as possibilidades de conformação. Cf. **Corpo**, **Corrupção**.

26. **Ruina** (*roina*). Termo muito presente no texto de Maquiavel e empregado com intensidade diversa. Pode significar derrota ou perda, no sentido político, militar e mesmo econômico. Também pode referir-se à degeneração dos costumes ou da ordenação*, confundindo-se então com a ideia de corrupção*. Em se tratando do príncipe* ou de uma facção*, usualmente o verbo *ruinare* significa sua total eliminação no sentido político (perder o estado*), que muitas vezes coincide com a eliminação física ou, no caso dos membros de uma facção*, com o exílio. Nesse mesmo sentido é usado o verbo *spargere* (extinguir, eliminar). Cf. **Corrupção**.

27. **Universal** (*universale*). Em primeiro lugar, e segundo seu sentido próprio, universal (*universale*) opõe-se a particular (*particolare*), ou seja, corresponde ao geral como oposto ao particular. Universal é geralmente o que é comum a todos ou a muitos: opinião universal, corrupção* universal, vontade universal etc. Em contraposição, particular é aquilo que é restrito a poucos ou a um. Mas Maquiavel também usa universal como substantivo (*universale [degi] nominale* – universal [dos homens]), tal como universalidade (*universalità*), designando a maioria ou o povo: nesse caso, o particular significará um só homem ou, no plural, alguns homens. Ao designar todo o povo, universal também pode indicar a oposição aos

Grandes*, tanto em uma república como em um principado. Termos opostos que têm afinidade com esses, sem se confundir com eles, são público (*publico*) e privado (*privato*). Privado pode designar uma oposição a príncipe* ou república, cujas ações são públicas. Público, portanto, significa o que é próprio do estado*, e não simplesmente do povo. Nesse sentido, e sobretudo no que diz respeito à república, é particularmente interessante a distinção entre os modos públicos e privados de obter reputação (ver *Discursos*, III, 28, e *História de Florença*, VII, 1). Cf. **Facção**.

28. **Virtú**. Maquiavel não define *virtú*, e seus comentaristas divergem quanto à possibilidade de defini-la. Leo Strauss vincula fortuna* e *virtú*, assim como Skinner, segundo o qual Maquiavel faz um uso perfeitamente coerente do termo, um uso sistêmico. Whitfield, ao contrário, afirma que não há em Maquiavel uma teoria da *virtú*. Russell Price diz que *virtú* tem uma pluralidade de significados e distingue um sentido moral, um sentido político e um militar, entre outros. Trata-se, portanto, de um conceito multifacetado, o que torna necessário compreender o contexto em que o termo é empregado para identificar seu sentido. Segundo Skinner, em Maquiavel há uma negação do sentido de *virtú* na tradução humanista, na qual ela é a qualidade que capacita o príncipe* a realizar seus mais nobres fins, e a pos-

se da *virtú* é identificada com a posse do conjunto das principais virtudes. Maquiavel tenta criar um conceito original: *virtú* seria "todo o conjunto de qualidades, sejam elas quais forem, cuja aquisição o príncipe possa achar necessária a fim de 'manter seu estado' e 'realizar grandes feitos'". Assim, em se tratando da *virtú* individual e, mais especificamente, da *virtú* do príncipe, ela não é considerada por Maquiavel um composto de qualidades fixas, como coragem, sabedoria, justiça, temperança, isto é, das virtudes cardiais que, segundo a herança clássica, definem o homem de *virtú*. A *virtú* de cada homem é composta por qualidades diferentes; é possível ter *virtú* de muitas formas, dependendo da circunstância ou da ocasião*. Para Maquiavel, então, a *virtú* não é um modo fixo de agir e também não está relacionada necessariamente ao resultado final da ação.

Mas tomar esse sentido da *virtú* como o único possível implicaria excluir todo o seu aspecto republicano, ou seja, o de que tanto o povo como o cidadão e o cidadão-soldado podem ter *virtú*. Na república, a *virtú* pode ser atributo do universal* ou de um homem e opõe-se à corrupção*. Assim, um homem de *virtú* pode tentar recuquer uma república corrompida, ao passo que os cidadãos são responsáveis pela manutenção de sua ordenação*. Nesse sentido, a *virtú* republicana pode ser comparada à do príncipe, na medida em que tem

a finalidade de manter o estado* republicano e conduzir a república à grandeza, evitando a corrupção. Assim como a *virtú* do príncipe, a *virtú* republicana não coincide com as virtudes tradicionais. A *virtú* militar, entendida como técnica de ordenação do exército ou simplesmente como coragem, está relacionada à Illegação existente entre o soldado e aquele por quem ele combate, seja como cidadão, seja como

súdito. A *virtú* republicana está voltada para a defesa e a exaltação da pátria e para o amor pela defesa da liberdade*. Note-se ainda que a *virtú* republicana abarca a *virtú* militar, visto que a defesa da pátria implica a capacidade de defendê-la militarmente, e, por outro lado, são as boas armas (o fato de o povo estar armado) que garantem as boas leis. Cf. **Fortuna**, **Prudência**.